

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 519.510 - SP (2019/0192289-5)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
EMBARGANTE : ALFREDO DE ALCANTARA
ADVOGADO : CÍCERO MARCOS LIMA LANA - SP182890
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A REGIÃO

DECISÃO

Trata-se de recurso de embargos de declaração em decisão monocrática proferida pelo plantão, durante o recesso judiciário, na qual houve o **indeferimento liminar da impetração**, em razão da indevida supressão de instância, assim como porque a decisão atacada foi proferida monocraticamente.

Verbis (fls. 99-100):

"Consta dos autos que o paciente foi condenado como incurso no delito previsto no artigo 1º, inciso I, da Lei 8.137/90, por atos praticados no exercício de 2002 (ano calendário de 2001), à pena de 3 (três) anos e 6 (seis) meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, e pagamento de 147 (cento e quarenta e sete) dias-multa (sentença às fls. 26/39). Na sequência, a eg. Segunda Turma do Tribunal Regional da 3ª Região negou provimento à apelação do ora recorrente (fls. 40/78).

Segundo informa, há um segundo feito, desmembrado do primeiro, já em fase de execução penal, cujo objeto seriam condutas por ele perpetradas no ano de 2001 (ano calendário 2000), tendo sido condenado em primeira instância à pena de 3 (três) anos de reclusão e multa.

Pretende-se, em suma, "seja concedida a medida liminar, com a suspensão da execução da pena (autos nº 0010713-86.2007.403.6105 e 0010516-82.2017.403.6105 - Numeração única do CNJ), e expedição do contra mandado de prisão, até o julgamento final do presente Habeas Corpus, sob pena dano irreparável ao Paciente" (fl. 23).

No mérito, sustenta a nulidade dos dois processos ao argumento de que o compartilhamento de documentos bancários pela Receita Federal, sem autorização judicial prévia, configuraria quebra ilícita de sigilo fiscal e bancário. Aduz que "a quebra do sigilo bancário poderia ser realizada diretamente pela autoridade fiscal, para fins de constituição do crédito tributário, sendo vedada sua utilização para instauração de procedimento Penal por força do artigo 5º da Constituição Federal, e nos termos do artigo 1º, § 4º da Lei Complementar 105/2001. Logo, irregularmente compartilhada, esta prova não poderia ser utilizada no processo criminal, de forma que a

Superior Tribunal de Justiça

decretação da nulidade do mesmo é medida que se impõe" (fl. 15).

É o relatório.

O writ não merece prosseguir.

De início, impende destacar que o objetivo do ora recorrente é revisar acórdão no qual o Colegiado a quo julgou não haver ilegalidade no compartilhamento de informações colhidas pela Receita Federal na sua atividade fiscalizatória. Em razão de ter sido a questão já julgada, haver necessidade de análise de provas e tratar-se de substitutivo de recurso, o e. Desembargador não conheceu do habeas corpus e julgou extinto o processo sem resolução de mérito.

Nessa senda, tem-se que a decisão combatida foi proferida monocraticamente pelo Desembargador relator na origem, não havendo, pois, deliberação colegiada do tribunal a quo sobre a matéria trazida na presente impetração, o que inviabiliza o seu conhecimento por esta Corte Superior.

Com efeito, "A provocação da jurisdição desta Corte Superior exige o prévio exaurimento da instância antecedente. Se a defesa não interpôs agravo regimental com o fim de submeter a decisão singular à apreciação do órgão colegiado competente, não se inaugurou a competência deste Tribunal Superior (precedentes)." (AgRg no HC 423.705/RS, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 20/03/2018, Dje 05/04/2018).

Ante o exposto, com fundamento no art. 22, § 2º, "d", c/c art. 210 do Regimento Interno deste Tribunal, indefiro liminarmente o presente habeas corpus."

Nas presentes razões de embargos, apenas reitera os argumentos anteriores, sob a suposta alegação de omissão.

Requer, inclusive LIMINARMENTE, que "Baseada na decisão do E. Min Presidente do Supremo Tribunal Federal, deveria ter sido concedida, ainda que parcialmente, a ordem, de ofício, para que fossem suspensos os processos 0010713- 86.2007.403.6105 e 0010516-82.2017.403.6105, e conseqüentemente a execução da pena, com a imediata expedição do contramandado de prisão, até pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal sobre o tema. Por todo o exposto, requer a defesa sejam as alegações aqui mencionadas cabalmente apreciadas por este D. Tribunal, sanando, dessa forma, a omissão do V. Acórdão" (fl. 109).

Decido.

Superior Tribunal de Justiça

Os presentes embargos não merecem prosperar.

Ora, o **habeas corpus** impetrado não merece conhecimento, seja porque é substitutivo de recurso de agravo regimental, seja porque foi impetrado em face de decisão monocrática, contra a qual esta Corte Superior não possui sequer competência para analisar.

Destaca-se que os pedidos de suspensão dos feitos principais devem ser feitos na origem, onde tramitam, caso, claro, ainda estejam pendentes de julgamento. Isso tampouco se confunde com a rediscussão do mérito que a d. Defesa pretende forçar.

Em tempo, o processo na origem foi igualmente natimorto, sem qualquer discussão do mérito, haja vista a reiteração de pedido ao próprio Tribunal de origem.

Diante do exposto, não há falar em suspensão do presente feito por força de decisão do col. Supremo Tribunal Federal.

Sendo assim, **rejeito os presentes embargos de declaração.**

P. I.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator